

Quem pode criar um PPA?

Qualquer adulto (18 anos de idade, no mínimo) que não tenha um tutor nomeado (ao abrigo da lei relativa à tutela de adultos [Guardianship of Adults Act]) e que tenha a capacidade de tomar decisões.

Para ter a capacidade de tomar decisões, deve conseguir:

- Compreender e reter informações;
- Aceder a informações para tomar decisões;
- Comunicar essa decisão.

O que pode incluir um PPA?

A escolha do que incluir no seu plano é sua. Pode incluir as suas instruções acerca de qualquer dos seguintes assuntos:

- cuidados de saúde;
- necessidades quanto ao estilo de vida;
- finanças;
- quem deseja que tome decisões por si.

Se mudar de ideias acerca do seu plano, pode alterá-lo ou cancelá-lo em qualquer momento, desde que ainda tenha capacidade para tomar decisões.

O PPA é composto por três partes. Não tem de preencher todas, mas é importante que as leia com atenção.

1. Declaração de Cuidados Antecipados

Esta é uma declaração sobre as suas escolhas e como quer que alguém aja se estiver a tomar decisões por si.

Isto abrange a sua vida diária, por ex., que roupas quer usar, a sua dieta, cuidados de saúde, habitação, emprego, educação, pedidos culturais ou espirituais, questões financeiras, gestão de ativos ou propriedades.

2. Decisões de Consentimento Antecipado

Estas decisões são legalmente vinculativas para o seu prestador de cuidados de saúde e podem incluir decisões sobre o transplante de órgãos, cuidados paliativos, instruções sobre a manutenção de suporte de vida ou indicações específicas, por ex., não receber transfusões de sangue ou alimentação por sonda gástrica. Os médicos e profissionais de saúde devem seguir as suas instruções relativamente a qualquer tratamento ou cuidados de saúde prestados no futuro.

Recomendamos que obtenha aconselhamento médico quanto às decisões relativas aos seus cuidados de saúde.

3. Decisores

Pode nomear um ou mais decisores para agirem individual ou conjuntamente, ou diferentes decisores para diferentes finalidades, por ex., alguém para gerir a sua saúde e estilo de vida e outra para gerir as

suas finanças. Deve ser alguém em quem confia para tomar estas decisões.

Um decisor nomeado num PPA não pode criar, alterar ou cancelar um PPA.

Quando entra em vigor o PPA?

Um PPA entra em vigor quando é assinado e testemunhado. Este permanece em vigor até que o altere ou cancele ou após expirar o período indicado. Este será apenas executado se perder a capacidade de tomar as suas próprias decisões. O Tribunal de Recursos Cíveis e Administrativos do Território do Norte (Northern Territory Civil and Administrative Appeals Tribunal) também tem poder para alterar ou revogar um PPA em determinadas circunstâncias.

Impacto numa procuração e testamento

Um PPA não tem impacto numa procuração ou no seu testamento.

Uma procuração apenas se aplica se ainda tiver capacidade de tomada de decisão.

Como posso criar um PPA?

1. **Obtenha um formulário de PPA** junto do Gabinete de Administração Pública do Território do Norte (Northern Territory Office of the Public Trustee) ou através do Website em <https://nt.gov.au/law/rights/advance-personal-plan>.

2. **Finalize o PPA** e solicite a presença de uma testemunha autorizada para testemunhar o ato (lista de testemunhas adequadas incluída no formulário).

3. **Registe o seu PPA** junto do Gabinete de Administração Pública do Território do Norte (Public Trustee of the Northern Territory). Este procedimento é voluntário, porém, torna mais fácil encontrar o documento, caso os seus decisores ou médicos não tenham uma cópia do mesmo. O registo é gratuito. É necessário preencher um formulário de registo.

4. **Se nomeou um decisor** que pode tomar decisões relacionadas com imóveis ou terrenos, essa secção do seu PPA deve ser registada junto do Registo Predial do Território do Norte (Northern Territory Land Titles Office), caso contrário, o Registo Predial não reconhecerá a autoridade. É aplicável uma taxa.

5. **Atualize o seu registo eHealth** se o seu PPA incluir decisões em matéria de cuidados de saúde. Se não tiver um registo eHealth, pode registar-se de uma das seguintes formas:

- Online em www.myhealthrecord.gov.au
- Através do telefone n.º 1800 723 471
- Num centro Medicare
- Através do registo assistido por parte de uma organização de prestação de cuidados de saúde.

6. **Guarde o seu PPA num local seguro**, por exemplo, juntamente como seu testamento. Entregue uma cópia autenticada ao seu decisor. Considere também entregar uma ao seu médico de família ou prestador de cuidados a idosos.

Contactos úteis

COTA NT

Spillett House

65 Smith St.

Darwin

E-mail: admin@cotant.org.au

Telefone: (08) 8941 1004

NT Office of the Public Trustee

Telefone: (08) 8999 7271

Darwin Community Legal Service Inc

Telefone: (08) 8982 1111

Commonwealth My Health Record

Telefone: 1800 723 471

Fontes de informação:

O Departamento do Procurador-Geral e de Justiça do Território do Norte (NT Department of The Attorney-General and Justice), www.nt.gov.au/law/rights/advance-personal-plan
Serviço Jurídico da Comunidade de Darwin (Darwin Community Legal Service)
www.dcls.org.au

As informações contidas nesta ficha informativa foram atualizadas em janeiro de 2019.

Isenção de responsabilidade: As informações contidas nesta publicação são um guia para a legislação do Território do Norte. Não substituem aconselhamento jurídico. Deve aconselhar-se com um advogado sobre questões jurídicas específicas do seu caso.

Nota:

Os Planos Pessoais Antecipados são documentos importantes que salvaguardam as suas decisões.

Para preencher o formulário, considere obter aconselhamento jurídico e aconselhamento de um médico sobre questões de saúde.



O que é um Plano Pessoal Antecipado (PPA)?

Um Plano Pessoal Antecipado (em inglês Advance Personal Plan - APP) é um documento legal que define as suas decisões futuras em matéria de saúde, finanças e vida, caso deixe de ser capaz de tomar as suas próprias decisões.

Tal pode acontecer devido à idade, doença, acidente ou outro acontecimento que altere a sua vida.

No Território do Norte, o PPA substituiu a Procuração Permanente (Enduring Power Of Attorney - EPA) em março de 2014. Uma procuração permanente feita antes desta data mantém-se válida.